

CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PATRIMONIAIS PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

[2025_023CP]

ÍNDICE

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO	4
SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
ARTIGO 1.º OBJETO.....	4
ARTIGO 2º ENTIDADE ADJUDICANTE	4
ARTIGO 3.º ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR	4
ARTIGO 4º PLATAFORMA ELETRÓNICA.....	4
ARTIGO 5º ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	5
SECÇÃO II PARTICIPAÇÃO.....	6
ARTIGO 6.º CONCORRENTES.....	6
SECÇÃO III PROPOSTAS.....	6
ARTIGO 7.º DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS	6
ARTIGO 8.º PROPOSTAS VARIANTES	7
ARTIGO 9.º PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	7
ARTIGO 10.º MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	7
ARTIGO 11.º CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE.....	8
ARTIGO 12.º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	9
ARTIGO 13.º ACORDO ENTRE COSSEGURADORES.....	10
ARTIGO 14.º CAUÇÃO.....	11
ARTIGO 15.º CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.....	11
ARTIGO 16.º DADOS PESSOAIS	12
ARTIGO 17.º LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	12
ANEXOS.....	13
ANEXO I LISTAGEM DA INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL.....	14
ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE	15
ANEXO III.....	16
DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	16
ANEXO IV MINUTA DE DECLARAÇÃO DO PREÇO DA PROPOSTA.....	17
ANEXO V LISTA DE PREÇOS.....	19
ANEXO VI MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	20
ANEXO VII MODELO DE DECLARAÇÃO	21

ANEXO VIII MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.... 22

***ANEXO IX MODELOS PARA A PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO PELA(S)
SEGURADORA(S)..... 24***

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º OBJETO

O presente concurso público tem por objeto a celebração de contrato de **Seguros de danos relativos a bens e a interesses patrimoniais seguráveis**, relativos a perdas diretas ou indiretas, e coberturas ou garantias complementares que lhes sejam normalmente associadas ou associáveis, para as empresas do Grupo Águas de Portugal:

ARTIGO 2º ENTIDADE ADJUDICANTE

O presente concurso público é promovido pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A, doravante designada por AdP SGPS.

ARTIGO 3.º ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pela Comissão Executiva da AdP SGPS.

ARTIGO 4º PLATAFORMA ELETRÓNICA

1. O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através dos sítios eletrónicos <http://www.acingov.pt> e www.adp.pt.
2. A disponibilização da documentação listada no **ANEXO I** do Programa de Procedimento e que dele faz parte integrante está condicionada à apresentação de um requerimento por parte por parte dos interessados, através da funcionalidade “Mensagens” da plataforma eletrónica, instruído com:
 - a) Declaração de confidencialidade elaborada e subscrita em conformidade com a minuta que constitui o **ANEXO II** do presente Programa de Procedimento e que dele faz parte integrante;

3. Cópia do certificado de registo emitido pela ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que ateste que o subscritor se encontra legalmente autorizado a exercer a atividade de seguro em Portugal
4. A palavra-chave que permite o acesso aos ficheiros listados no **ANEXO I** do Programa de Procedimento deve ser transmitida aos interessados pela AdP SGPS, através da funcionalidade “Mensagens” da plataforma eletrónica, no âmbito da notificação do deferimento do requerimento apresentado nos termos do disposto no número anterior.

ARTIGO 5º

ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às **18h00m00s do dia 16 de junho 2025;**
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri do procedimento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às **23h59m00s do dia 25 de junho de 2025;**
3. A Comissão Executiva da AdP SGPS pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às **23h59m00s do dia 25 de junho de 2025;**

SECÇÃO II PARTICIPAÇÃO

ARTIGO 6.º CONCORRENTES

1. O presente concurso é aberto exclusivamente a Companhias de Seguro, autorizadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) a exercer a atividade de seguro em Portugal no Ramo “Não Vida”.
2. O Concorrente pode revestir a forma de agrupamento nos termos do regime do cosseguro e, nos termos e na forma prevista no artigo 66.º, do Decreto-Lei n.º 72/2008 de 16 de Abril sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

SECÇÃO III PROPOSTAS

ARTIGO 7.º DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS

- I. A proposta constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) elaborado em conformidade com o **ANEXO III** do presente Programa do Procedimento;
 - b) No caso de o Concorrente revestir a forma de agrupamento cada entidade deve apresentar um DEUCP distinto.
 - c) Declaração do preço da proposta, com indicação da quota-parte do risco assumida por cada cossegurador (quando aplicável);
 - d) Lista de preços unitários, elaborada em conformidade com a minuta que constitui o **ANEXO V** do presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante;
2. O preço da proposta deverá ser expresso em euros, líquidos de quaisquer impostos, taxas ou encargos, sem prejuízo de ser obrigatório discriminar os impostos, taxas, assim como quaisquer demais encargos ou contribuições que, à data da apresentação da proposta, sejam exigidos, com

exata indicação do cálculo e da quantificação do respetivo acréscimo e da base legal da determinação do valor indicado que acresce ao preço da proposta.

ARTIGO 8.º

PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

ARTIGO 9.º

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às **18h00m00s do dia 07 de julho de 2025.**

ARTIGO 10.º

MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

ARTIGO 11.º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO E CRITÉRIO DE DESEMPATE

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, tendo em conta o modelo de avaliação previsto no **ANEXO VI** do presente Programa de Procedimento, e que dele faz parte integrante.
2. Caso seja ordenada mais do que uma proposta no mesmo lugar, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:
 - (i) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o mais baixo preço para o prémio comercial relativo ao ativo corpóreo bruto;
 - (ii) Se da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o mais baixo preço para o prémio comercial relativo à cobertura de avaria de máquinas.
 - (iii) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
 - i. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;
 - ii. A cada concorrente será atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - iii. Numa urna serão introduzidas as bolas com os números respetivos;
 - iv. Determinar-se-á a ordenação dos concorrentes para efeitos de retirar a bola pela maior pontuação obtida através de um lance de dados;
 - v. Proceder-se-á à extração das bolas, sendo as propostas classificadas de acordo com a ordem resultante da extração, sendo classificado em primeiro lugar o concorrente com o número correspondente ao da bola retirada em primeiro lugar, e assim sucessivamente;
 - vi. A não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

ARTIGO 12.º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- I. No prazo de dez dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º os seguintes documentos:
 - a) Declaração emitida nos termos do modelo que constitui o **ANEXO VII** ao presente Programa de Procedimento;
 - b) Certificados do registo criminal do concorrente ou de cada um dos membros do agrupamento, bem como de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência de cada um dos concorrentes ou dos membros do agrupamento que se encontrem em efetividade de funções;
 - c) Documentos comprovativos de que o concorrente ou cada um dos membros do agrupamento tem a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Documentos comprovativos de que cada segurador concorrendo individualmente ou de que cada um dos membros do agrupamento, em caso de cosseguro, tem a sua situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - e) Documentação comprovativa de que o concorrente ou cada um dos membros do agrupamento que se propõe prestar serviços de seguro pode exercer a atividade seguradora ou resseguradora em Portugal, nos termos do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, constante do Anexo I à Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, na sua redação atual;
2. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
3. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa

- consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em português, inglês, francês ou castelhano.
4. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
 5. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 6. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (*cinco*) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
 7. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar uma declaração de Responsabilidade Social elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO VIII** ao presente Programa, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.
 8. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, salvo se estiverem redigidos em inglês, francês ou castelhano, caso em que será suficiente a redação nessas línguas, sem necessidade de tradução.

ARTIGO 13.º

ACORDO ENTRE COSSEGURADORES

1. Caso o adjudicatário revista a forma de agrupamento, no prazo de 10 (*dez*) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o representante do agrupamento deve apresentar cópia do(s) contrato(s) celebrado(s) entre todas as seguradoras que, nos termos da proposta, devam contratar em regime de cosseguro, sob pena de caducidade da adjudicação.

2. A associação de membros do agrupamento a que se refere o número anterior deve constar do contrato escrito (acordo de cosseguro) a que se refere o artigo 66.º do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, no qual se fixará expressamente:

- a) A identidade do líder do cosseguro;
- b) A autorização para que o líder do cosseguro proceda, em nome próprio e em nome dos restantes cosseguradores, à regulação, liquidação global e pagamento de eventuais sinistros, cabendo-lhe tomar e assumir as medidas urgentes adequadas e ainda, se disso for o caso, proceder de acordo com o que esteja previsto no protocolo de procedimentos em caso de sinistro que seja aplicável.

ARTIGO 14.º

CAUÇÃO

- 1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, deve ser prestada:
 - a) Uma caução no valor de 1,5% do valor da proposta adjudicada, destinada a garantir a celebração do contrato de seguro e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, por depósito em dinheiro, em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes do **ANEXO IX** ao presente Programa do Procedimento e que dele faz parte integrante;
- 2. Para efeitos de cumprimento da obrigação de prestação estabelecida na presente disposição não é aceite uma caução prestada por um segurador em nome próprio.
- 3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

ARTIGO 15.º

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- 1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.

2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de três dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

ARTIGO 16.º

DADOS PESSOAIS

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo@adp.pt ou da morada Rua Visconde de Seabra, n.º 3, 1700-421 Lisboa.

ARTIGO 17.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa de Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável.

ANEXOS

ANEXO I

LISTAGEM DA INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

[a que se refere o n.º 2 do artigo 4.º]

- a) **Anexo V ao Programa de Procedimento – Listas de Preços - Seguros de danos relativos a bens e a interesses patrimoniais seguráveis**, relativos a perdas diretas ou indiretas, e coberturas ou garantias complementares que lhes sejam normalmente associadas ou associáveis
- b) **Anexo III ao Caderno de Encargos – Capitais por infraestrutura**
- c) **Anexo VI ao Caderno de Encargos – Sinistros**
- d) **Anexo VII ao Caderno de Encargos – Gestão de Risco no Grupo AdP**
- e) **Anexo VIII ao Caderno de Encargos – Avaliação da situação das barragens**
- f) **Anexo IX ao Caderno de Encargos – Relatórios de Análise de Risco**
- g) **Anexo X ao Caderno de Encargos – Caracterização Emissários**

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE

[a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º]

Pela presente, a *(identificação da empresa)* expressamente declara e reconhece o seguinte:

1 - Toda a documentação a que se refere o **Anexo II** do Programa de Procedimento relativo ao concurso público, com publicidade internacional, para celebração de **CONTRATO DE SEGUROS PATRIMONIAIS PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**, cujo anúncio foi publicado no dia [●] de [●] de [●] no *Diário da República*, é, para efeitos da presente declaração, considerada como “**Informação Confidencial**”;

2 - A signatária compromete-se a guardar total sigilo relativamente a toda a **Informação Confidencial** e a utilizá-la exclusivamente para efeitos de elaboração e apresentação de proposta no âmbito do concurso público referido no número anterior.

3 - A **Informação Confidencial** apenas pode ser divulgada a terceiros na sequência de aprovação prévia por escrito da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S. A., sendo listada e mantida de acordo com os seguintes termos e condições:

- a) Apenas é admitida a reprodução da **Informação Confidencial** para efeitos de municiar os funcionários da signatária (ou dos terceiros a quem a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S. A. tenha autorizado sua divulgação) com a informação necessária à elaboração de proposta no âmbito do Concurso Público referido no n.º 1;
- b) A **Informação Confidencial** deve ser guardada em lugar seguro e de acesso restrito e condicionado, de forma a garantir que a mesma não é acedida por terceiros;
- c) Todos os exemplares da **Informação Confidencial** serão, a solicitação da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S. A. devolvidos ou destruídos.

4 - As obrigações de confidencialidade vigoram pelo prazo de três anos contados da data da presente declaração.

(Local), (data).

(assinatura)

ANEXO III

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 7.º]

Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, disponibilizado na área específica do Portal BASE GOV, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>.

ANEXO IV

MINUTA DE DECLARAÇÃO DO PREÇO DA PROPOSTA

[a que se refere a alínea c) do n.º I do artigo 7.º]

[•] [Identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de [•] [qualidade em que subscreve a declaração] da [•] [identificação da sociedade ou do agrupamento], depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público, com publicidade internacional, para a celebração de “**CONTRATO DE SEGUROS PATRIMONIAIS PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**”, a que se refere o anúncio datado de [•] [data de publicação do anúncio em Diário da República], vem apresentar proposta, obrigando-se a executar o contrato a celebrar, em harmonia com o disposto no Caderno de Encargos, pelo seguinte preço:

Seguros de danos relativos a bens e a interesses patrimoniais seguráveis, relativos a perdas diretas ou indiretas, e coberturas ou garantias complementares que lhes sejam normalmente associadas ou associáveis), pelo preço de € _____ [indicar preço por algarismos e por extenso] ¹, correspondente ao prémio comercial de € _____ [indicar preço por algarismos e por extenso] e que será seguro por _____ (entidade(s) seguradora(s));

Os preços encontram-se isentos de pagamento de imposto sobre o valor acrescentado, nos termos do disposto no n.º 28 do artigo 9.º do CIVA

Mais informa que a responsabilidade da carteira de seguros será assumida pelo agrupamento das empresas seguradoras da seguinte forma:

a) [•]²

Mais se discrimina que, tendo por base a legislação vigente à data da apresentação da presente proposta, acrescem os seguintes impostos, taxas e encargos:

a) [•]³

¹ Determinado pela aplicação da lista de preços apresentada às condições estabelecidas no Anexo V do presente Programa de Procedimento e em consonância com a Nota justificativa do preço proposto apresentada pelo concorrente, prevista na alínea d) do artigo 8.º do Programa de Procedimento.

² Indicação da quota-parte do risco assumida por cada cosseguradora.

³ Indicação dos impostos, taxas e demais encargos que acrescem ao preço indicado na proposta, incluindo a quantificação do valor do acréscimo e a base legal do imposto, taxa ou encargo em causa.

ANEXO V LISTA DE PREÇOS

[a que se refere a alínea d) do n.º I do artigo 7.º]

As listas de preços unitários, são fornecidas separadamente mediante palavra-passe, nos termos definidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 4.º do Programa do Procedimento.

ANEXO VI

MODELO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

[a que se refere o n.º I do artigo 11.º]

Para efeito de avaliação das propostas, o prémio comercial é o resultado do somatório dos diferentes prémios comerciais obtidos para as apólices (Apólice Danos Patrimoniais Geral, Apólice EPAL Terrorismo), em conformidade com as listas de preços apresentadas pelos concorrentes, sendo calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Prémio Comercial} = pCDPGeral + + pcEPALTerrorismo$$

pCDPGeral Prémio Comercial relativo à apólice de Danos Patrimoniais Geral (*)

pcEPAL Terrorismo Prémio Comercial relativo à apólice EPAL Terrorismo

(*) O prémio Comercial da apólice de Danos Patrimoniais Geral, resulta da soma dos diferentes prémios comerciais obtidos por empresa e que são determinados pelo produto dos capitais declarados para o ativo corpóreo bruto, avaria de máquinas, emissários e existências, pelas taxas comerciais anuais propostas, em conformidade com as listas de preços apresentadas pelos concorrentes.

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 12.º]

1 - (*nome, número de documento de identificação e morada do domicílio profissional ou pessoal*), na qualidade de representante legal de (*firma, número de identificação fiscal e morada*), para a celebração de **CONTRATO DE SEGUROS PATRIMONIAIS PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**, declara, sob compromisso de honra, que quer a sua representada, quer as sociedades que esta representa não se encontram em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados os documentos comprovativos de que a sua representada não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b), d), e) e h)* do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como Candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(*Local*), (*data*) (*assinatura*) (!).

¹ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

[a que se refere o n.º 7 do artigo 12.º]

[•] (*designação da empresa*), com sede na [•] (*morada*), contribuinte n.º [•], representada por [•] (*cargo e nome*), declara que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados. Deve ser observada a proporcionalidade entre esta prática e o exercício da atividade profissional;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;
- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores;
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que as entidades adjudicantes venham a promover, no âmbito do respetivo sistema de responsabilidade empresarial, junto da empresa declarante;
- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);

- l) Informar as entidades adjudicantes de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento no âmbito do Contrato a celebrar na sequência do presente procedimento;
- m) Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

(Local), (data), [assinatura]

ANEXO IX

MODELOS PARA A PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO PELA(S) SEGURADORA(S)

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 14.º]

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [•], à ordem da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito

Euros [•] €

Vai [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), depositar na [•] (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco [•] a quantia de € [•] (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro, como caução exigida nos termos da alínea a) do n.º I do artigo 16.º do Programa do Procedimento para a celebração de **CONTRATO DE SEGUROS PATRIMONIAIS PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**, promovido por um agrupamento de empresas do Grupo AdP e conduzido pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

Este depósito, sem reservas, fica à ordem da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., à qual deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecidas na qualidade*]

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

À AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.

(*Banco*), pessoa coletiva n.º [•], (*morada da sede*), em nome e a pedido de (*seguradora integrante do agrupamento de concorrentes adjudicatário que presta a garantia bancária*), contribuinte n.º [•], (*morada*

da sede) (adiante denominada “**Ordenadora da Garantia**”), vem pelo presente documento prestar à AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (adiante denominada “**Beneficiária da Garantia**”), uma garantia bancária irrevogável no valor de € [•] (*quantia por extenso*), destinada a caucionar a celebração do **CONTRATO DE SEGUROS PATRIMONIAIS PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL** bem como de todas as obrigações legais e contratuais assumidas com a celebração dos contratos de seguros, responsabilizando-se até ao limite máximo da citada importância por fazer a entrega, incondicional, irrevogável, à primeira solicitação, e sem quaisquer restrições, ainda que se verifique qualquer objeção por parte do Ordenador da Garantia, das quantias que se tornem necessárias se este faltar ao cumprimento das obrigações que constituem o objeto desta garantia, ou se com elas não entrar em devido tempo.

As quantias *supra* referidas devem ser entregues à Beneficiária da Garantia no prazo máximo de 5 (*cinco*) dias contados desde a data da sua solicitação escrita.

Esta garantia manter-se-á em vigor até ser prestado pela Beneficiária da Garantia o consentimento ao seu cancelamento, mediante comunicação escrita para o efeito remetida a este Banco, informando que cessaram todas as obrigações da Ordenadora da Garantia decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito imediatamente após a extinção daquelas obrigações.

Quaisquer questões referentes a esta garantia serão resolvidas de acordo com a legislação portuguesa, sendo o foro competente o de Lisboa, com renúncia expressa de qualquer outro.

(Local), (data).

(assinatura)

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A [•] (*companhia de seguros*), com sede em [•] (*morada*) presta a favor da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com [•] (*tomador de seguro*), garantia à primeira solicitação no valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista na alínea a) do n.º I do artigo 16.º do Programa do Procedimento destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede [•] (*morada*), assumirá no contrato que vai celebrar a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., na sequência do concurso público com publicidade internacional para a celebração de **CONTRATO DE SEGUROS PATRIMONIAIS PARA AS EMPRESAS DO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL**, e é regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre este e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) devidamente reconhecida na qualidade]